



## COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

### ATA NÚMERO 234/XII/4.ª SL

Aos seis dias do mês de janeiro de 2015, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Segurança Social e Trabalho, na sala n.º 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Audições no âmbito da Resolução da Assembleia da República n.º 87/2014, de 29 de outubro «Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade»:

**15H00** - Com os representantes das entidades da economia social:

União da Misericórdias Portuguesas, Dr. Manuel de Lemos, Presidente

União das Mutualidades Portuguesas - Dr. Luís Alberto Silva, Presidente

Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade - Dr. João Dias, membro da Direção da CNIS

**17H00** - Fórum Empresas para a Igualdade - Dra. Isabel Viegas (Banco Santander Totta), Dra. Elsa Carvalho (REN) e Dr. Jorge Filipe (Grupo Auchan).

Previamente à Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Comissão, Deputado José Manuel Canavarro (PSD), que presidiu à reunião, informou os Deputados presentes de ter recebido por email um grande número de solicitações, cerca de 140, de cidadãos interessados em assistirem à audição com o Senhor Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social sobre requalificação dos trabalhadores do ISS, agendada para o próximo dia 13 de janeiro e da resposta que lhes foi dada no sentido de estar garantida a transmissão em direto pelo Canal Parlamento da referida audição.

Usou da palavra em primeiro lugar o Senhor Deputado António Cardoso (PS) para propor que a referida audição tivesse lugar na sala do Senado, no que foi secundado pelos Deputados Jorge Machado (PCP) e Mariana Aiveca (BE).

O Senhor Presidente explicou que, do ponto de vista da condução dos trabalhos, seria preferível que a audição não se realizasse na sala do Senado.

O Senhor Deputado João Figueiredo (PSD) interveio para reforçar o facto de os cidadãos nisso interessados terem a possibilidade de assistir em direto à audição do Senhor Ministro através da emissão do Canal Parlamento e clarificar que, em caso de votação, o GP do PSD votará a favor da proposta do Senhor Presidente.

E o Senhor Deputado Artur Rêgo (CDS-PP) lembrou que poderia ocorrer perturbação dos trabalhos da Comissão.

O Senhor Deputado Miguel Laranjeiro (PS) insistiu dizendo que o facto de o Canal Parlamento transmitir em direto não impossibilita que as pessoas que quiserem assistir à audição o façam e recordou que já se verificou um precedente numa audição do Ministro da Educação. Considerou que não pode dizer-se que estamos na casa da democracia e, depois, negar o acesso aos cidadãos a este espaço quando o solicitam. Dai que o GP do PS manifeste de uma forma veemente a importância de as pessoas poderem assistir.

O Senhor Deputado Artur Rêgo (CDS-PP) retorquiu que está assegurado em pleno o exercício da democracia todos os dias no Parlamento, a qual não se exerce com mais ou menos participação.

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) solicitou então que se procedesse à votação da proposta apresentada pelo Senhor Presidente, não sem antes ter sublinhado que não é habitual verificarem-se pedidos por parte de cidadãos para assistirem a uma determinada reunião.

Foi então posta à votação a realização da audição numa sala que não a do Senado e a sua transmissão em direto pelo Canal Parlamento. Submetida à votação, foi a proposta aprovada, com votos a favor do PSD e do CDS-PP e votos contra do PS, do PCP e do BE.

Numa declaração de voto, o Senhor Deputado Miguel Laranjeiro (PS) disse que o GP do PS não concorda com a decisão da maioria, que demonstrou algum incómodo ao tomá-la. Considerou que o Parlamento não pode ter medo dos cidadãos e que a democracia perde quando as instituições se fecham sobre si próprias.

O Senhor Deputado Artur Rêgo (CDS-PP) disse que o CDS-PP decidiu sufragar a decisão do Presidente da Comissão por entender que o normal funcionamento das comissões não deve ser alterado.

Finalmente, o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) resumiu que, com a votação efetuada, a decisão passou a ser da comissão, a qual podia e devia ter promovido a realização daquela audição da sala do Senado mas a maioria PSD e CDS-PP quer afastar as pessoas do Parlamento.

O Senhor Presidente iniciou de seguida os trabalhos solicitando a melhor compreensão pelo atraso verificado, cumprimentou os representantes das entidades da economia social presentes, a saber, o Dr. Manuel de Lemos, Presidente da União das Misericórdias Portuguesas (que se fez acompanhar pelo Dr. Carlos Andrade, Vice-Presidente, e pelo Senhor Aurelino Ramalho, Provedor da Misericórdia do Vimieiro) e o Dr. Luís Alberto Silva, Presidente da União das Mutualidades Portuguesas, explicou a metodologia adotada e deu a palavra a cada um dos presentes para uma intervenção inicial não superior a 10 minutos.

Após as intervenções iniciais de cada um dos dois representantes das entidades da economia social, intervieram os Senhores Deputados Catarina Marcelino (PS), João Figueiredo (PSD), Artur Rêgo (CDS-PP) e Jorge Machado (PCP).

Os representantes das entidades da economia social responderam de seguida, de forma global, aos Senhores Deputados.

A audição conjunta foi gravada em suporte vídeo e áudio, podendo ser consultada no seguinte link:

<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheAudicao.aspx?BID=99116>. A mesma constitui parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

Seguiu-se a audição com o Fórum Empresas para a Igualdade, representado pela Dra. Isabel Viegas (Banco Santander Totta), Dra. Elsa Carvalho (REN) e pelo Dr. Jorge Filipe (Grupo Auchan).

O Senhor Presidente da Comissão cumprimentou os representantes do Fórum Empresas para a Igualdade, explicou a metodologia adotada e deu a palavra a cada um dos presentes para uma intervenção inicial não superior a 10 minutos.

Após as intervenções iniciais de cada um dos representantes do Fórum Empresas para a Igualdade, intervieram os Senhores Deputados Catarina Marcelino (PS), Adão Silva (PSD) e Jorge Machado (PCP).

Os representantes do Fórum Empresas para a Igualdade responderam de seguida, de forma global, aos Senhores Deputados.

A audição conjunta foi gravada em suporte vídeo e áudio, podendo ser consultada no seguinte

link:

<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalleAudicao.aspx?BID=99117>. A mesma constitui parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelas dezoito horas e vinte e cinco minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será assinada.

**O Presidente,**



(José Manuel Canavarro)

Palácio de São Bento, 22 de janeiro de 2015.

**COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO**

**Reunião de 06 de janeiro de 2015**

**Folha de Presenças**

(Ata n.º 234/XII/ 4.ª SL)

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva  
Arménio Santos  
Artur Rêgo  
Catarina Marcelino  
Idália Salvador Serrão  
Joana Barata Lopes  
João Figueiredo  
João Paulo Pedrosa  
Jorge Machado  
José Manuel Canavarro  
Mariana Aiveca  
Miguel Laranjeiro  
Nuno Sá  
Pedro Roque  
Teresa Costa Santos  
António Cardoso  
David Costa  
Raúl de Almeida

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto  
Maria das Mercês Borges  
Mário Ruivo  
Sónia Fertuzinhos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar as seguintes Senhoras Deputadas:

Clara Marques Mendes  
Inês Teotónio Pereira

